

*Divida
externa*

Compromisso ou mero documento?

20 JUL 1985

Os bancos credores do Brasil receberam do presidente do nosso Banco Central um documento a respeito da situação econômica e das perspectivas do País para 1986 que os surpreendeu por seu teor manifestamente otimista. Com efeito, os dados nele apresentados pelo Banco Central, referentes tanto ao campo interno como ao externo, são muito melhores do que se imaginaria. A questão é saber se são dignos de confiança. Aliás, isso dependerá muito da política econômica que o presidente José Sarney irá executar nos próximos meses, especialmente no campo interno.

O documento em pauta contém uma nova estimativa do balanço de pagamentos, mais favorável do que a inicialmente prevista, embora a contemporização da renegociação da dívida externa possa suscitar dificuldades enquanto não se acordar com o FMI o novo *stand-by*. Conquanto se coloque numa posição realista, o Banco Central prevê agora, em conta corrente, um déficit menor do que a princípio previra, além de saldo posi-

tivo no balanço de pagamentos, graças ao qual as reservas internacionais do País não seriam menores do que eram no fim do ano passado.

A previsão é de fato realista, pois, dada a depreciação das *commodities*, não presume que o Brasil possa exportar mais, nem mesmo na eventualidade de sobrevir uma desvalorização do dólar, a qual, em princípio, deveria incrementar as exportações destinadas aos países industrializados extrínsecos à área do dólar. A melhora da balança comercial decorrerá da retração dos gastos com produtos importados, principalmente com o petróleo, graças ao crescimento da produção nacional e ao declínio do preço no mercado internacional.

Outro fator positivo a ser considerado é a baixa da taxa de juros, que deverá acarretar ligeira redução nos gastos com o serviço da dívida externa. Convém notar que o Banco Central afirma, categoricamente, que, neste exercício, o Brasil não terá necessidade de *new money* (novos re-

ursos), afirmação que virá certamente tranquilizar as instituições financeiras estrangeiras.

Observa-se, mais uma vez, que, no campo externo, o Brasil continua colhendo resultados satisfatórios, o que é fundamental para os credores estrangeiros. Importa ressaltar, porém, que, embora a situação seja aceitável no presente exercício (apesar de todo o sacrifício que representa a transferência de recursos reais para os países ricos...), nada garante que a situação será a mesma no futuro. A fim de abrir maior espaço para o desenvolvimento nacional, urge reduzir os juros a pagar, isto é, faz-se necessário que a imaginação da comunidade financeira internacional encontre soluções novas.

Isso só se tornará possível, porém, se o Brasil, no campo interno, der mostras de seriedade. O documento emitido pelo Banco Central arrola dados que parecem indicar ser essa a disposição do governo: os dados são, inegavelmente, realistas (em termos de crescimento dos agregados monetários e da taxa de infla-

ção), mas, para que ganhem objetividade, será necessário circunscrever o déficit público nos limites indicados pelo Banco Central.

O documento prevê um superávit no orçamento do setor público, no âmbito operacional (exclusive as correções monetária e cambial). Percebe-se que, para chegar a este resultado, o governo tomou por base um aumento de receitas (17 trilhões de cruzeiros, ou seja, 1,3% do PIB) maior do que o corte nos gastos do setor público (15 trilhões de cruzeiros), tendo previsto também, além disso, a emissão de títulos no montante de 27,6 trilhões de cruzeiros, que certamente não concorrerá para a redução da taxa de juros...

Resta saber se o governo terá a força e o desassombro necessários para manter os dispêndios do setor público dentro dos limites previstos, ou por outra, se esse documento do Banco Central é coisa realmente séria, para valer, ou se não passa de mais uma estimativa destinada a embair os credores estrangeiros.